



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ALICE CAMILY SANTOS DA SILVA

**O TRABALHO INFORMAL E AS MULHERES NEGRAS NA CAPITAL
PARAENSE: Desigualdades, demandas e desafios**

**BELÉM-PA
2026
ALICE CAMILY SANTOS DA SILVA**

**O TRABALHO INFORMAL E AS MULHERES NEGRAS NA CAPITAL
PARAENSE: Desigualdades, demandas e desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Vergas Vitória Andrade da Silva

BELÉM-PA
2026
ALICE CAMILY SANTOS DA SILVA

**O TRABALHO INFORMAL E AS MULHERES NEGRAS NA CAPITAL
PARAENSE: Desigualdades, demandas e desafios**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito parcial para obtenção do
grau de Licenciatura em Ciências Sociais pela
Faculdade de Ciências Sociais, do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade
Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Vergas Vitória Andrade da Silva

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. VERGAS VITÓRIA ANDRADE DA SILVA
Orientadora – UFPA

Profª. Dra. MICHELE ESCOURA BUENO
Examinadora Interna – UFPA

Prof. Dr. xxxxxxxxx
Examinador Externo – UFPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Cintia Rabelo dos Santos e a Joana Maria Borges dos Santos, mulheres que sustentaram meus passos com força, afeto e renúncia, para que este sonho fosse possível.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é o encerramento de uma etapa muito importante da minha vida até aqui, ele é fruto de muito trabalho e dedicação destes quatro anos de uma linda trajetória acadêmica, mas também é resultado de muito apoio, incentivo e afeto.

Nesses quatro anos de graduação, eu fui sustentada e abraçada de uma forma imensurável pela minha espiritualidade, agradeço á Deus, a Xangô meu pai, e a Iansã minha mãe, eles me sustentaram até aqui.

Escrevendo estes agradecimentos, pensei em como eu iria mensurar a minha gratidão pelas pessoas que fizeram parte desse processo. Logo, achei justo iniciar pelo berço, minha Família, que há 22 anos através de uma redoma de amor, alinhada com palavras de afirmação e ações de muito orgulho, comemoraram cada passo meu. À minha querida e amada Família Borges, obrigada por tudo o que vocês fizeram e continuam fazendo por mim, vocês moldaram o que sou hoje.

Dedico este trabalho com todo o meu amor e gratidão à minha mãe, Cintia, meu pilar e maior incentivadora, ela não mediu esforços, enfrentou obstáculos e sempre acreditou na minha capacidade, sou grata por me mostrar o caminho da dedicação e persistência, e me ensinar que a educação é algo insubstituível. Essa vitória é sua também.

À minha querida avó, Joana, cujas orações e palavras de incentivo foram o alicerce para que eu não desistisse, obrigada por acreditar no meu potencial mesmo quando eu duvidava dele. Sua ternura, sabedoria, amor e paciência, transformam o mundo em um lugar mais gentil e foram essenciais para a conclusão deste ciclo.

Agradeço ao meu pai de coração, César, pelo apoio incondicional em todas as etapas desta jornada, sua presença e seus conselhos foram fundamentais para eu chegasse até aqui. Meu eterno agradecimento por acreditar nos meus sonhos e por investir em mim. Essa conquista também é sua.

Aos meus queridos amigos que fiz durante a graduação, Fernanda Silveira, Jamily Pinheiro, Paulo Henrique, Marcos Vinicius, e Sarah Silva, vocês me salvaram quase todos os dias nos últimos quatro, entre risos e choros, brigas e abraços, vocês me mostraram o real significado de amizade. E para além dos muros da Universidade Federal do Pará, meu sincero obrigada à Hugo Chagas, Mayra Xavier e Leticia Helena que ouviram minhas queixas e enxugaram minhas lágrimas por incontáveis vezes, e me

acolheram na mesma medida, sou grata pela paciência e carinho, vocês mostram que o amor é base da amizade.

Agradeço, de forma especial, à professora que contribuiu para minha formação acadêmica e para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, à minha orientadora Professora Vergas Vitória, pela disponibilidade, pelas orientações criteriosas e pelo incentivo constante ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita. Você me ensinou que a educação pode e deve dialogar de forma harmoniosa com o amor e a aprendizagem. Também, à professora Michele Escoura, pelas contribuições acadêmicas, pelas reflexões teóricas e pelos ensinamentos compartilhados ao longo da graduação, que foram fundamentais para minha formação e para o desenvolvimento crítico necessário à realização deste trabalho. Afirmo que vocês contribuíram de uma forma imensurável, linda e genuína para a minha permanência e formação nas Ciências Sociais.

Agradeço à minha família do axé Ylê Axé Nagô Babá Alá Nêfenyn, em destaque meu pai Dilson, pelo acolhimento, pelo apoio espiritual e pela força transmitida ao longo da minha trajetória. A vivência coletiva, os ensinamentos e o cuidado compartilhado foram fundamentais para meu equilíbrio, resistência e permanência ao longo desse percurso.

Por fim, sou grata ao meu amor, Leandro, pelo companheirismo, pela paciência e pelo apoio constante ao longo de todo o processo de construção deste trabalho, sua presença, incentivo e compreensão diante dos desafios e momentos de exaustão foram fundamentais para que eu pudesse seguir.

Por fim, expresso minha gratidão a todas as pessoas, espaços e coletivos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. O apoio recebido ao longo dessa trajetória, seja por meio do incentivo, do cuidado, da escuta ou da partilha de conhecimentos, foi fundamental para a permanência e para a conclusão desta etapa da minha formação acadêmica. Cada contribuição, ainda que muitas vezes silenciosa, teve papel essencial no enfrentamento dos desafios, no amadurecimento intelectual e na construção deste trabalho, que representa não apenas um resultado acadêmico, mas também um processo de aprendizado, resistência e crescimento pessoal.

Obrigada!

EPIGRAFE

Seguimos trabalhando, existindo e resistindo, mesmo quando as estruturas insistem em nos negar direitos.

RESUMO

Resumo: O presente estudo analisa de que forma as desigualdades de gênero e raça influenciam as relações de trabalho das mulheres negras no Brasil, com ênfase na inserção no mercado de trabalho informal. O objetivo consiste em examinar os fatores sociais, econômicos, culturais e regionais que impactam as condições laborais dessas mulheres, tomando como recorte o Estado do Pará e a cidade de Belém. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os resultados indicam que a informalidade laboral atinge de maneira mais intensa as mulheres negras, especialmente aquelas residentes em áreas periféricas e com menor nível de escolaridade, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais no mercado de trabalho. Conclui-se que as relações de trabalho são atravessadas por marcadores sociais de gênero e raça, os quais contribuem para a precarização do trabalho feminino negro, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da equidade social e laboral.

Palavras-chave: gênero, mulheres negras, trabalho.

ABSTRACT

Abstract: This study analyzes how gender and racial inequalities influence the labor relations of Black women in Brazil, with an emphasis on their insertion into the informal labor market. The objective is to examine the social, economic, cultural, and regional factors that impact the working conditions of these women, focusing on the state of Pará and the city of Belém. The research is characterized as bibliographic and documentary, with a qualitative and quantitative approach, using statistical data from the National Household Sample Survey (PNAD) and the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE). The results indicate that informal labor affects Black women more intensely, especially those residing in peripheral areas and with lower levels of education, highlighting the persistence of structural inequalities in the labor market. It concludes that labor relations are traversed by social markers of gender and race, which contribute to the precariousness of Black women's work, reinforcing the need for public policies aimed at promoting social and labor equity.

Keywords: gender, black women, work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 Contextualização geral do tema**
- 1.2 Problema de pesquisa**
- 1.3 Justificativa**
- 1.4 Recorte e delimitação do estudo**
- 1.5 Base teórica utilizada**
- 1.6 Metodologia**
- 1.7 Objetivo geral e objetivos específicos**
- 1.8 Estrutura do artigo**

2. REFERENCIAL TEÓRICO

- 2.1 Revisão da Literatura**
- 2.2 Informalidade do trabalho: conceito, histórico e dimensões**
- 2.3 Racismo estrutural e mercado de trabalho no Brasil**
- 2.4 Divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero**
- 2.5 A informalidade na Região Norte e em Belém do Pará**

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

- 3.1 Tipo de pesquisa**
- 3.2 Fontes de dados utilizadas**
- 3.3 Procedimentos de análise dos dados**

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

- 4.1 Panorama da informalidade por raça e gênero no Brasil**
- 4.2 Mulheres negras na informalidade: desigualdades persistentes**
- 4.3 Impactos da pandemia na precarização laboral**
- 4.4 A realidade da Região Norte e de Belém/PA**
- 4.5 Síntese crítica dos achados**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização geral do tema

O trabalho informal constitui uma dimensão estrutural do mercado de trabalho brasileiro, historicamente associada à ausência de direitos sociais e à instabilidade econômica. Longe de representar um fenômeno residual ou transitório, a informalidade se mantém como estratégia central de sobrevivência para diversas camadas da população, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e profundas. No Brasil, essa realidade é atravessada por marcadores estruturantes como raça, gênero e território, que condicionam de forma desigual as possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

No contexto brasileiro, a inserção no trabalho informal é fortemente atravessada por marcadores sociais como raça e gênero. As desigualdades raciais herdadas do período escravocrata e reproduzidas ao longo do processo de modernização capitalista resultaram na ocupação subordinada da população negra no mercado de trabalho, sobretudo em atividades de menor prestígio social e baixa proteção institucional. Como destaca Gonzalez (1982), o racismo constitui um elemento estruturante das relações sociais no Brasil, operando de forma contínua na produção e reprodução das desigualdades, inclusive no mundo do trabalho.

Para as mulheres negras, essa condição é intensificada pela divisão sexual do trabalho, que historicamente as direcionou para ocupações vinculadas ao cuidado, aos serviços e à reprodução social. Segundo Costa (2010), a combinação entre racismo e sexismo posiciona as mulheres negras nos estratos mais precarizados do mercado de trabalho, frequentemente à margem da formalização e do acesso a direitos. Assim, a informalidade não pode ser compreendida apenas como uma categoria econômica, mas como expressão concreta do racismo estrutural e das desigualdades de gênero que organizam a sociedade brasileira.

Essas dinâmicas assumem contornos ainda mais profundos na região Norte do país. A Amazônia historicamente ocupou uma posição periférica no desenvolvimento econômico nacional, marcada por baixa industrialização, descontinuidade dos ciclos produtivos e forte presença de atividades informais. Castro e Acevedo (2008) destacam que a estrutura econômica regional contribui para a consolidação da informalidade como eixo central da inserção laboral, especialmente entre populações negras e de baixa renda. Nesse cenário, a fragilidade das políticas públicas de emprego e a escassez de postos formais ampliam a vulnerabilidade de grupos historicamente marginalizados.

Na capital paraense, Belém, essa realidade se manifesta de forma expressiva, a cidade apresenta uma dinâmica urbana fortemente marcada pelo comércio informal, pelo trabalho autônomo e por serviços de baixa proteção social. Müller (2022) aponta que, em cidades amazônicas, a informalidade constitui uma dimensão estruturante da economia urbana, afetando de maneira desigual mulheres negras, que enfrentam barreiras adicionais de acesso à escolarização, à qualificação profissional e às oportunidades formais de trabalho. Em Belém, onde a população negra é numericamente expressiva, essas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes.

A pandemia da Covid-19 agravou significativamente esse quadro. As medidas de restrição à circulação e a retração da atividade econômica impactaram de forma mais intensa o trabalho informal, ampliando a insegurança econômica e social. Conforme indicam estudos recentes sobre mercado de trabalho, mulheres negras foram desproporcionalmente afetadas pela perda de renda e pela intensificação da precarização laboral no período pandêmico. Tal cenário evidenciou a persistência de desigualdades estruturais que antecedem a crise sanitária, mas que foram por ela aprofundadas.

Diante desse contexto, analisar o trabalho informal entre mulheres negras em Belém/PA revela-se fundamental para compreender como raça, gênero e território se articulam na produção das desigualdades no mercado de trabalho contemporâneo. Ao dialogar com a literatura sobre racismo estrutural, divisão sexual do trabalho e informalidade, o presente estudo busca dar visibilidade a um grupo social historicamente marginalizado, contribuindo para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às especificidades regionais e às desigualdades raciais e de gênero.

1.2 Problema de pesquisa

Diante desse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte questão central: de que maneira gênero e raça estruturam a inserção das mulheres negras no trabalho informal em Belém/PA, considerando o período anterior e posterior à pandemia da Covid-19? Parte-se da compreensão de que a informalidade não resulta apenas de escolhas individuais ou conjunturas econômicas pontuais, mas de um conjunto de fatores históricos, sociais e estruturais que afetam de forma desigual determinados grupos sociais.

A pandemia da Covid-19 intensificou vulnerabilidades já existentes, impactando de maneira significativa o mercado de trabalho informal. Assim, investigar a situação

das mulheres negras nesse contexto permite compreender não apenas os efeitos da crise sanitária, mas também a persistência de desigualdades estruturais que antecedem e ultrapassam esse período.

1.3 Justificativa

A relevância deste estudo se justifica, primeiramente, no plano científico, ao contribuir para o debate sobre informalidade laboral a partir de uma perspectiva interseccional, que articula raça, gênero e território. Apesar do avanço dos estudos sobre trabalho e desigualdades no Brasil, ainda são limitadas as análises que privilegiam o recorte regional amazônico e a realidade urbana de cidades do Norte, como Belém, frequentemente ausentes das agendas de pesquisa nacionais.

Do ponto de vista social, a pesquisa se mostra fundamental ao dar visibilidade às condições de trabalho das mulheres negras, grupo historicamente marginalizado e central para a sustentação da economia informal. Compreender essa realidade é essencial para subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às desigualdades raciais e de gênero, especialmente em um contexto de retração de direitos trabalhistas e fragilização das redes de proteção social.

1.4 Recorte e delimitação do estudo

O estudo tem como objeto de análise as mulheres negras, compreendidas a partir da autodeclaração racial, inseridas no trabalho informal. O fenômeno analisado refere-se às formas de ocupação caracterizadas pela ausência de vínculo formal de trabalho e de proteção social. O recorte territorial abrange o estado do Pará, com ênfase analítica na cidade de Belém/PA, enquanto o recorte temporal contempla o período anterior e posterior à pandemia da Covid-19, possibilitando a comparação de indicadores e a identificação de eventuais mudanças no perfil da informalidade.

1.5 Base teórica utilizada

A análise é orientada por um referencial teórico que articula os debates sobre racismo estrutural, divisão sexual do trabalho e informalidade laboral. Destacam-se as contribuições de autoras como Lélia Gonzalez (1982), que discute a centralidade do racismo na organização social brasileira, bem como de Costa (2010), Müller (2022), Castro e Acevedo (2008) e Araújo e Lombardi, cujos trabalhos abordam as relações entre gênero, raça e mercado de trabalho. Esses aportes teóricos fornecem o suporte

analítico para a interpretação dos dados empíricos, sem esgotar a discussão conceitual nesta seção introdutória.

1.6 Metodologia

O artigo adota uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, baseada em análise documental e estatística de dados secundários. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), bem como estudos e relatórios produzidos pelo DIEESE, referentes ao mercado de trabalho no Pará e em Belém. Complementarmente, realizou-se revisão bibliográfica sobre raça, gênero e trabalho, a fim de sustentar a análise empírica. Os dados são tratados de forma descritiva, buscando evidenciar padrões da informalidade e desigualdades.

1.7 Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral deste artigo é analisar como as dimensões de gênero e raça estruturam a inserção de mulheres negras no trabalho informal em Belém/PA, a partir da análise de dados estatísticos recentes e da literatura especializada. Como objetivos específicos, pretende-se:

- a) identificar o perfil das mulheres negras inseridas no trabalho informal no Pará e na capital paraense;
- b) analisar a evolução dos indicadores de informalidade no período pré e pós-pandemia da Covid-19;
- c) discutir de que forma o racismo estrutural e a divisão sexual do trabalho contribuem para a manutenção das desigualdades observadas.

1.8 Estrutura do artigo

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. A segunda seção apresenta o referencial teórico sobre informalidade, raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro. A terceira seção é dedicada à análise dos dados estatísticos da PNAD Contínua e do DIEESE relativos ao Pará e à cidade de Belém. Por fim, a última seção reúne as considerações finais, destacando os principais resultados da pesquisa e suas implicações analíticas e sociais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Revisão da Literatura

A produção acadêmica sobre trabalho informal no Brasil aponta que o fenômeno constitui uma dimensão estrutural do mercado de trabalho, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais persistentes. Estudos baseados em dados da PNAD e da PNAD Contínua demonstram que a informalidade está associada a baixos rendimentos, instabilidade ocupacional e ausência de proteção social, afetando de maneira mais intensa grupos historicamente marginalizados. Araújo e Lombardi (2013), ao analisarem a inserção ocupacional por sexo e raça, evidenciam que mulheres negras apresentam taxas significativamente mais elevadas de informalidade quando comparadas a homens brancos e mulheres brancas, revelando a articulação entre desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro.

No que se refere à dimensão racial, pesquisas têm demonstrado que o racismo atua como um mecanismo estruturante da distribuição desigual das oportunidades de trabalho. Castro e Acevedo (2008), em estudo sobre mercado de trabalho e desigualdades raciais na Região Norte, indicam que a população negra enfrenta maiores dificuldades de acesso ao emprego formal, sendo majoritariamente absorvida por atividades informais e de baixa remuneração. Segundo os autores, essa dinâmica é reforçada pela fragilidade estrutural do mercado de trabalho regional e pela ausência de políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades raciais de forma efetiva.

A literatura feminista, por sua vez, contribui ao evidenciar que as desigualdades de gênero no trabalho estão diretamente relacionadas à divisão sexual do trabalho, que concentra as mulheres em atividades de cuidado, serviços e reprodução social, frequentemente exercidas em condições informais. Quando articulada à dimensão racial, essa abordagem revela que as mulheres negras ocupam uma posição particularmente vulnerável, marcada pela sobreposição de discriminações de gênero e raça, o que as empurra de forma sistemática para os estratos mais precarizados do mercado de trabalho.

Apesar do avanço dessas pesquisas, observa-se uma lacuna significativa no que diz respeito aos estudos com recorte regional voltados à Região Norte e, especialmente, às cidades amazônicas. A maior parte da produção acadêmica concentra-se nas regiões Sudeste e Sul do país, contribuindo para a invisibilização das dinâmicas específicas do mercado de trabalho no Norte. São ainda escassas as análises que investigam de forma sistemática a informalidade entre mulheres negras em contextos urbanos amazônicos, como Belém do Pará, considerando suas particularidades históricas, sociais e econômicas.

Diante desse cenário, o presente estudo dialoga com a literatura existente ao articular os debates sobre informalidade, racismo estrutural e desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que busca preencher lacunas identificadas, ao analisar a inserção de mulheres negras no trabalho informal em Belém/PA, a partir de dados estatísticos recentes e de uma perspectiva interseccional.

2.2 Informalidade do trabalho: conceito, histórico e dimensões

O trabalho informal constitui uma dimensão central do mercado de trabalho brasileiro e pode ser compreendido como o conjunto de ocupações exercidas sem vínculo formal de emprego e sem acesso às garantias trabalhistas e previdenciárias previstas na legislação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a informalidade abrange trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), empregadores sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares, configurando formas de inserção laboral marcadas pela ausência de proteção social (IBGE, 2023).

No âmbito das estatísticas oficiais, é fundamental distinguir o conceito de informalidade de outras categorias do mercado de trabalho, como desemprego e desocupação. Segundo o IBGE, o termo desocupação refere-se às pessoas que não estão trabalhando, mas que estão disponíveis para o trabalho e tomaram alguma providência efetiva para conseguir ocupação no período de referência. O desemprego, por sua vez, é frequentemente utilizado como sinônimo de desocupação nos indicadores oficiais, embora, analiticamente, ambos se diferenciam da informalidade, uma vez que o trabalhador informal está ocupado, ainda que em condições precárias e sem garantias legais.

Essa distinção é relevante, pois a informalidade não implica ausência de trabalho, mas sim a inserção em atividades caracterizadas pela instabilidade, baixos rendimentos e fragilidade institucional. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) destaca que, no Brasil, a informalidade funciona como mecanismo de absorção da força de trabalho excluída do mercado formal, especialmente em contextos de crise econômica e retração do emprego com carteira assinada (IPEA, 2020). Assim, a informalidade se apresenta como alternativa de sobrevivência para amplos segmentos da população.

Historicamente, a expansão do trabalho informal no Brasil está associada a processos de urbanização acelerada, industrialização desigual e incapacidade estrutural

do mercado formal de absorver toda a força de trabalho disponível. Diferentemente da interpretação inicial que compreendia a informalidade como fenômeno transitório, estudos posteriores demonstraram seu caráter estrutural e persistente, especialmente em economias periféricas. Araújo e Lombardi (2013) ressaltam que a informalidade brasileira reflete um padrão histórico de exclusão social e ocupacional, fortemente atravessado por desigualdades de raça e gênero.

As dimensões da informalidade são amplas e envolvem aspectos econômicos, sociais e institucionais. Do ponto de vista econômico, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) aponta que trabalhadores informais apresentam rendimentos médios inferiores aos dos trabalhadores formais, além de maior instabilidade e vulnerabilidade frente às oscilações do mercado (DIEESE, 2021). No plano social, a informalidade está associada à ausência de direitos trabalhistas, como férias remuneradas, licença maternidade e previdência social, ampliando situações de insegurança econômica.

Essas dimensões incidem de forma desigual sobre os diferentes grupos sociais. Dados analisados por instituições como IBGE e IPEA indicam que mulheres e pessoas negras estão sobremaneira representadas no trabalho informal, evidenciando que o fenômeno está profundamente articulado às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. No caso das mulheres negras, a informalidade não decorre apenas de conjunturas econômicas adversas, mas da combinação entre racismo estrutural, divisão sexual do trabalho e restrições históricas de acesso ao emprego formal.

No contexto da Região Norte e, particularmente, da cidade de Belém/PA, a informalidade assume papel ainda mais central na dinâmica do mercado de trabalho. A limitada oferta de postos formais, aliada à fragilidade das políticas públicas de emprego e às desigualdades raciais e de gênero, contribui para a elevada inserção de mulheres negras em atividades informais. Dessa forma, compreender a informalidade do trabalho a partir de seus conceitos, histórico e dimensões institucionais permite interpretar, de maneira mais aprofundada, a condição das mulheres negras no mercado de trabalho belenense, evidenciando que a informalidade constitui um fenômeno estrutural e socialmente seletivo.

2.3 Racismo estrutural e mercado de trabalho no Brasil

O conceito de racismo estrutural é fundamental para a compreensão das desigualdades raciais persistentes no mercado de trabalho brasileiro. Diferentemente de abordagens que tratam o racismo como um fenômeno pontual ou restrito a atitudes individuais, o racismo estrutural compreende a discriminação racial como um elemento constitutivo da organização social, política e econômica da sociedade. No Brasil, essa perspectiva permite analisar como as hierarquias raciais herdadas do período escravocrata foram institucionalizadas ao longo do processo de formação do mercado de trabalho, produzindo desigualdades que se reproduzem até o presente.

Autores como Silvio Almeida (2019) argumentam que o racismo estrutural¹ opera de maneira difusa, orientando práticas institucionais, políticas públicas e relações sociais, inclusive no mundo do trabalho. No mercado laboral brasileiro, isso se expressa na segmentação ocupacional, na desigualdade salarial, nas taxas diferenciadas de desemprego e na maior exposição da população negra a formas precárias e informais de trabalho. Estudos empíricos demonstram que trabalhadores negros, mesmo quando possuem níveis semelhantes de escolaridade em comparação aos trabalhadores brancos, tendem a ocupar postos de trabalho menos valorizados e com menor proteção social (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013).

A literatura também evidencia que essas desigualdades raciais não são aleatórias, mas resultado de processos históricos² específicos. Após a abolição da escravidão, a população negra foi sistematicamente excluída de políticas de inserção produtiva e de acesso à terra, à educação e ao trabalho formal, ao passo que políticas de branqueamento e imigração europeia foram incentivadas pelo Estado brasileiro. Esse processo contribuiu para consolidar uma estrutura de mercado de trabalho racialmente hierarquizada, na qual a população negra foi historicamente empurrada para ocupações de baixa remuneração, instabilidade e informalidade, padrão que persiste no século XXI.

¹ O conceito de racismo estrutural refere-se à forma como as desigualdades raciais são produzidas e reproduzidas pelas instituições sociais, políticas e econômicas, independentemente da intenção consciente dos indivíduos. No contexto brasileiro, esse conceito é amplamente utilizado para explicar a persistência das desigualdades raciais no mercado de trabalho, mesmo após avanços legais e formais no combate à discriminação racial.

² A inserção desigual da população negra no mercado de trabalho brasileiro está diretamente relacionada ao processo histórico de abolição sem políticas de integração social e econômica, o que contribuiu para a marginalização estrutural de ex-escravizados e seus descendentes nas ocupações mais precárias e informais.

Além disso, pesquisas sobre processos de recrutamento e seleção apontam que práticas institucionais aparentemente neutras podem reproduzir discriminações raciais, seja por meio de critérios subjetivos, seja pela valorização de perfis associados à branquitude. Ferreira, Nunes e Santos (2023) evidenciam que estigmas raciais influenciam as oportunidades de acesso ao emprego formal, contribuindo para a manutenção da população negra em posições laborais mais vulneráveis. Esse cenário reforça a compreensão de que o racismo estrutural não apenas limita o acesso ao trabalho formal, mas também empurra determinados grupos para a informalidade como estratégia de sobrevivência.

No caso específico das mulheres negras, a literatura aponta que o racismo estrutural se manifesta de maneira ainda mais intensa, uma vez que se articula às desigualdades de gênero e classe. A sobre-representação de mulheres negras em atividades como o trabalho doméstico, o comércio informal e os serviços de cuidado evidencia como a herança histórica do racismo e do sexismo molda trajetórias laborais marcadas pela precariedade e pela ausência de direitos. Assim, compreender o mercado de trabalho brasileiro a partir da categoria de racismo estrutural é essencial para analisar a inserção das mulheres negras na informalidade, especialmente em contextos regionais marcados por desigualdades históricas, como o Norte do país e a cidade de Belém/PA.

2.4 Divisão sexual do trabalho e desigualdades de gênero

A divisão sexual do trabalho constitui um dos principais eixos analíticos das Ciências Sociais para a compreensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. O conceito refere-se à distribuição socialmente construída das atividades produtivas e reprodutivas entre homens e mulheres, atribuindo aos homens, de forma predominante, os trabalhos considerados mais valorizados econômica e simbolicamente, enquanto às mulheres são destinadas às atividades associadas ao cuidado, à reprodução social e ao trabalho doméstico. Essa divisão não é natural, mas historicamente produzida e continuamente reproduzida nas relações sociais.

Autores como Danièle Kergoat e Helena Hirata destacam que a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios fundamentais: o da separação, que distingue trabalhos “de homens” e “de mulheres”, e o da hierarquização, que atribui maior valor social e econômico às atividades masculinas. No contexto capitalista, essa lógica contribui para a manutenção de desigualdades estruturais no mercado de trabalho,

expressas na segregação ocupacional, nas diferenças salariais e na menor presença feminina em posições de poder e decisão (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No Brasil, a literatura sociológica evidencia que a divisão sexual do trabalho se manifesta de forma particularmente intensa, dada a persistência de padrões tradicionais de gênero combinados a profundas desigualdades sociais. As mulheres, de modo geral, apresentam maiores taxas de informalidade e rendimentos inferiores quando comparadas aos homens, além de enfrentarem maiores dificuldades de conciliar trabalho remunerado e responsabilidades domésticas. Estudos indicam que a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo trabalho reprodutivo e de cuidado resulta em jornadas duplas ou triplas, limitando suas possibilidades de inserção e permanência no mercado formal de trabalho.

A análise da divisão sexual do trabalho torna-se ainda mais complexa quando articulada à dimensão racial. Pesquisas apontam que mulheres negras ocupam a base da hierarquia ocupacional feminina, estando mais concentradas em atividades informais, precarizadas e associadas ao cuidado, como o trabalho doméstico, o comércio ambulante e os serviços pessoais. Araújo e Lombardi (2013) demonstram que a divisão sexual do trabalho no Brasil opera de maneira racializada, na medida em que reserva às mulheres negras as ocupações menos protegidas e pior remuneradas, reforçando desigualdades históricas.

Além disso, a literatura evidencia que a informalidade aparece como uma alternativa quase compulsória para muitas mulheres negras, sobretudo aquelas responsáveis pelo sustento familiar. A flexibilidade aparente do trabalho informal permite conciliar geração de renda e responsabilidades domésticas, mas, ao mesmo tempo, aprofunda a precarização, uma vez que essas atividades carecem de direitos trabalhistas, estabilidade e proteção social. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho não apenas explica a inserção desigual das mulheres no mercado de trabalho, mas também ajuda a compreender por que a informalidade se apresenta como um espaço privilegiado de absorção da força de trabalho feminina negra.

No contexto regional do Norte do Brasil, essas desigualdades assumem contornos específicos. A literatura aponta que a menor oferta de empregos formais, a centralidade do setor de serviços e comércio de baixa complexidade e a fragilidade das políticas públicas de cuidado intensificam os efeitos da divisão sexual do trabalho sobre as mulheres. Em cidades como Belém/PA, as mulheres negras são particularmente afetadas por essas dinâmicas, sendo empurradas para atividades informais como

estratégia de sobrevivência econômica. Assim, a divisão sexual do trabalho, articulada às desigualdades raciais e regionais, constitui um elemento central para a compreensão da informalidade feminina negra no contexto amazônico.

Dessa forma, o conceito de divisão sexual do trabalho permite analisar as desigualdades de gênero para além das diferenças individuais, evidenciando como estruturas sociais e relações de poder organizam o acesso desigual ao trabalho, à renda e à proteção social. Para este estudo, essa abordagem é fundamental, pois possibilita interpretar a inserção das mulheres negras na informalidade em Belém/PA como resultado de processos históricos e sociais que articulam gênero, raça e território

2.5 A informalidade na Região Norte e em Belém do Pará

A informalidade do trabalho na Região Norte, particularmente em Belém do Pará, deve ser compreendida como uma forma historicamente constituída de organização do trabalho e da vida urbana, e não como um fenômeno residual ou transitório decorrente da ausência de emprego formal. Estudos produzidos no campo das Ciências Sociais, especialmente aqueles de orientação antropológica, demonstram que o trabalho informal na Amazônia urbana integra os processos de formação da cidade, das sociabilidades e das estratégias de reprodução social das populações negras, ribeirinhas e populares.

Pantoja (2009) evidencia que, em Belém, o trabalho informal feminino negro ocupa um lugar central na dinâmica urbana desde o período pós-abolição, quando mulheres negras passaram a exercer atividades como o comércio ambulante, a venda de alimentos, o trabalho doméstico e os serviços diversos nos espaços públicos da cidade. Essas práticas não apenas garantiam a sobrevivência material, mas também estruturavam redes de sociabilidade, circulação econômica e ocupação do espaço urbano, desafiando a ideia de que a informalidade representa desorganização ou marginalidade econômica.

Nessa perspectiva, a informalidade é compreendida como prática social legítima, marcada por saberes, rotinas, códigos próprios e relações comunitárias, ainda que permanentemente tensionada por processos de controle, repressão e estigmatização por parte do Estado e das elites urbanas. Em Belém, a presença histórica de mulheres negras nos circuitos informais do trabalho revela a continuidade de um padrão de inserção racializado e generificado, no qual determinados grupos sociais são sistematicamente

excluídos das formas protegidas de trabalho e, ao mesmo tempo, responsabilizados por sua própria sobrevivência.

O artigo de Costa et al. (2025) aprofunda essa análise ao demonstrar que, na Amazônia urbana contemporânea, a informalidade do trabalho das mulheres negras ribeirinhas está diretamente articulada às dinâmicas de racismo ambiental, injustiça territorial e reconfiguração urbana, intensificadas no contexto de preparação de Belém para a COP 30. Os autores argumentam que os territórios ribeirinhos, historicamente ocupados por populações negras e pobres, são alvo de políticas urbanas excludentes que reforçam a precarização do trabalho e da vida, ao mesmo tempo em que inviabilizam as estratégias econômicas locais.

Nesse sentido, a informalidade exercida por mulheres negras ribeirinhas — como o extrativismo vegetal, a pesca artesanal, o artesanato e os serviços informais — não pode ser dissociada do território. Trata-se de atividades profundamente vinculadas aos modos de vida amazônicos, aos ciclos da natureza e aos saberes ancestrais, que garantem a reprodução social das famílias e comunidades, mas que são sistematicamente desvalorizadas pelo discurso hegemônico do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Costa et al. (2025) destacam que o racismo ambiental atua como um mecanismo estruturante dessa precarização, ao concentrar os impactos da degradação ambiental, da ausência de infraestrutura e das remoções forçadas sobre populações negras ribeirinhas. Nessas condições, a informalidade deixa de ser apenas uma categoria econômica e passa a expressar uma condição social produzida pela articulação entre capitalismo periférico, patriarcado e racismo, que define quem pode acessar o trabalho formal, o direito à cidade e as políticas públicas.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, compreender a informalidade em Belém exige reconhecer que o mercado de trabalho urbano não é neutro, mas organizado por hierarquias raciais, de gênero e territoriais. A informalidade feminina negra, longe de representar incapacidade de inserção produtiva, revela a centralidade dessas mulheres na sustentação da economia urbana popular, ao mesmo tempo em que evidencia a negação sistemática de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

Assim, ao analisar a informalidade na Região Norte e em Belém do Pará, este estudo dialoga com uma tradição crítica que recusa interpretações simplificadoras e reconhece o trabalho informal como parte constitutiva da cidade amazônica. Ao focalizar as mulheres negras, o trabalho evidencia como a informalidade se articula à

reprodução das desigualdades raciais e de gênero, mas também às estratégias de resistência e sobrevivência construídas cotidianamente por essas mulheres em contextos de exclusão estrutural.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritivo-analítica, com abordagem qualitativa e quantitativa combinada. A pesquisa é descritiva na medida em que busca apresentar e sistematizar informações sobre a inserção das mulheres negras no trabalho informal, identificando padrões, características e desigualdades no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, assume caráter analítico, ao interpretar esses dados à luz de referenciais teóricos das Ciências Sociais, especialmente aqueles que discutem raça, gênero, informalidade e desigualdades regionais.

A abordagem quantitativa baseia-se na análise de dados secundários, extraídos de bases estatísticas oficiais, enquanto a abordagem qualitativa está ancorada na análise documental e bibliográfica, permitindo contextualizar os dados empíricos e compreendê-los como expressão de processos sociais historicamente construídos. Essa combinação metodológica possibilita uma leitura mais ampla do fenômeno estudado, evitando interpretações meramente numéricas ou descontextualizadas.

3.2 Fontes de dados utilizadas

Os dados quantitativos utilizados neste trabalho são provenientes de bases oficiais e amplamente reconhecidas no estudo do mercado de trabalho brasileiro. Foram utilizados:

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por serem as principais fontes de informações sobre ocupação, informalidade, desemprego, rendimento e características sociodemográficas da população brasileira;
- Relatórios e estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), utilizados como apoio analítico para a

compreensão das condições de trabalho, da informalidade e das desigualdades sociais, especialmente no contexto regional.

A escolha dessas bases se justifica pela possibilidade de desagregação dos dados por sexo, cor/raça e posição na ocupação, elementos centrais para o objetivo deste estudo, além de sua confiabilidade e ampla utilização na produção acadêmica e institucional. O recorte temporal da análise abrange o período pré e pós-pandemia da Covid-19, considerando dados disponíveis entre os anos de referência mais recentes divulgados pelos órgãos oficiais, de modo a captar tanto tendências estruturais quanto possíveis agravamentos das desigualdades no mercado de trabalho decorrentes da crise sanitária. Quanto ao recorte geográfico, a análise concentra-se na cidade de Belém do Pará, com contextualização a partir do estado do Pará e da Região Norte, permitindo situar o município em um panorama regional mais amplo e evidenciar suas especificidades no que se refere à informalidade do trabalho.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Os dados estatísticos foram analisados por meio de análise descritiva, com foco em indicadores relacionados ao mercado de trabalho, tais como taxas de informalidade, desemprego, rendimento médio e posição na ocupação. A análise priorizou a comparação entre grupos sociais, especialmente a partir dos marcadores de raça/cor e gênero, de modo a evidenciar desigualdades na inserção laboral. Foram selecionadas variáveis consideradas centrais para o estudo, como: sexo, cor/raça, situação na ocupação, existência ou não de carteira assinada, trabalho por conta própria e rendimento.

A partir dessas variáveis, buscou-se identificar padrões recorrentes de desigualdade, bem como a concentração das mulheres negras em determinadas formas de inserção informal no mercado de trabalho. A interpretação dos dados não se restringiu à dimensão quantitativa, sendo articulada ao referencial teórico adotado, que compreende a informalidade como fenômeno social atravessado por relações de raça, gênero e território. Dessa forma, os resultados estatísticos são analisados como expressão de processos estruturais, e não como resultado de escolhas individuais isoladas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Panorama da informalidade por raça e gênero no Brasil

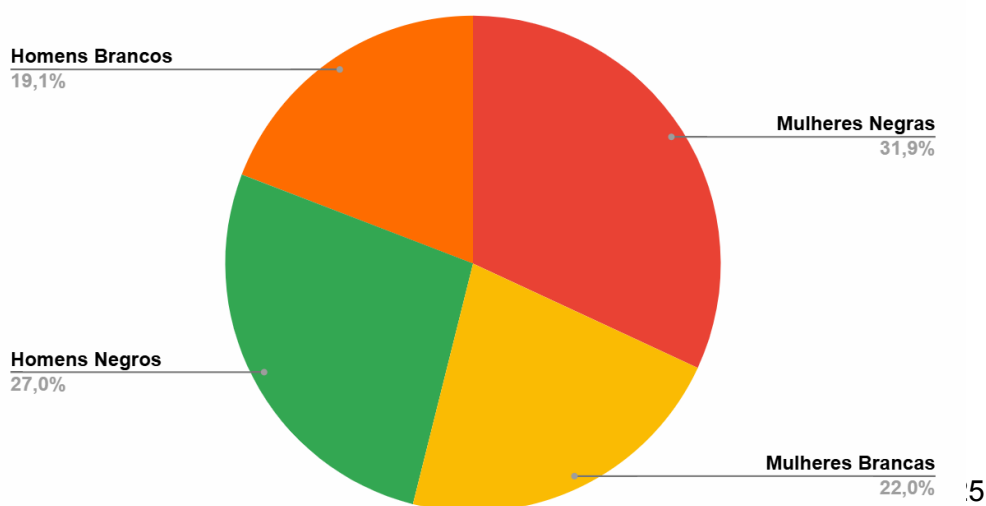
Os dados mais recentes da PNAD Contínua (IBGE), sistematizados em relatórios do DIEESE, evidenciam que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro apresenta um padrão fortemente marcado por raça e gênero. No segundo trimestre de 2024, aproximadamente 45% das mulheres negras ocupadas encontravam-se em situação de trabalho informal, percentual superior ao observado entre mulheres brancas, homens negros e, sobretudo, homens brancos. Esse padrão se repete ao longo da série histórica recente, indicando que a informalidade não é distribuída de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais.

Quando comparados os quatro grupos — mulheres negras, mulheres brancas, homens negros e homens brancos — observa-se que as mulheres negras ocupam sistematicamente a posição mais vulnerável, combinando maiores taxas de informalidade, menores rendimentos médios e maior concentração em ocupações de baixa proteção social. Esse panorama confirma diagnósticos já apontados por Costa, Proni e Gomes, segundo os quais a informalidade no Brasil está diretamente relacionada à estrutura desigual do mercado de trabalho, marcada por hierarquias raciais e de gênero historicamente construídas.

Do ponto de vista analítico, esses dados indicam que a informalidade não pode ser compreendida apenas como uma característica do mercado de trabalho em geral, mas como um fenômeno socialmente seletivo. A maior exposição de mulheres negras à informalidade revela que raça e gênero operam como critérios estruturantes da inserção laboral, reforçando desigualdades que se reproduzem ao longo do tempo, mesmo em contextos de crescimento econômico ou redução geral do desemprego.

Gráfico 1 - Taxa de informalidade por raça e gênero no Brasil (2023 - 2024)

Taxa de informalidade (%)



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme apresentado no gráfico 1, a taxa de informalidade entre mulheres negras é a mais elevada entre os grupos analisados, atingindo cerca de 31,9%. Esse percentual supera tanto o observado entre mulheres brancas quanto entre homens negros e brancos, evidenciando que raça e gênero atuam de forma combinada na produção da informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

4.2 Mulheres negras na informalidade: desigualdades persistentes

A análise específica da inserção das mulheres negras no trabalho informal revela a persistência de desigualdades profundas no mercado de trabalho brasileiro. Os dados do DIEESE mostram que, além de apresentarem as maiores taxas de informalidade, as mulheres negras concentram-se em ocupações caracterizadas por baixos rendimentos, instabilidade e ausência de direitos trabalhistas, como o trabalho doméstico informal, o comércio ambulante e os serviços pessoais.

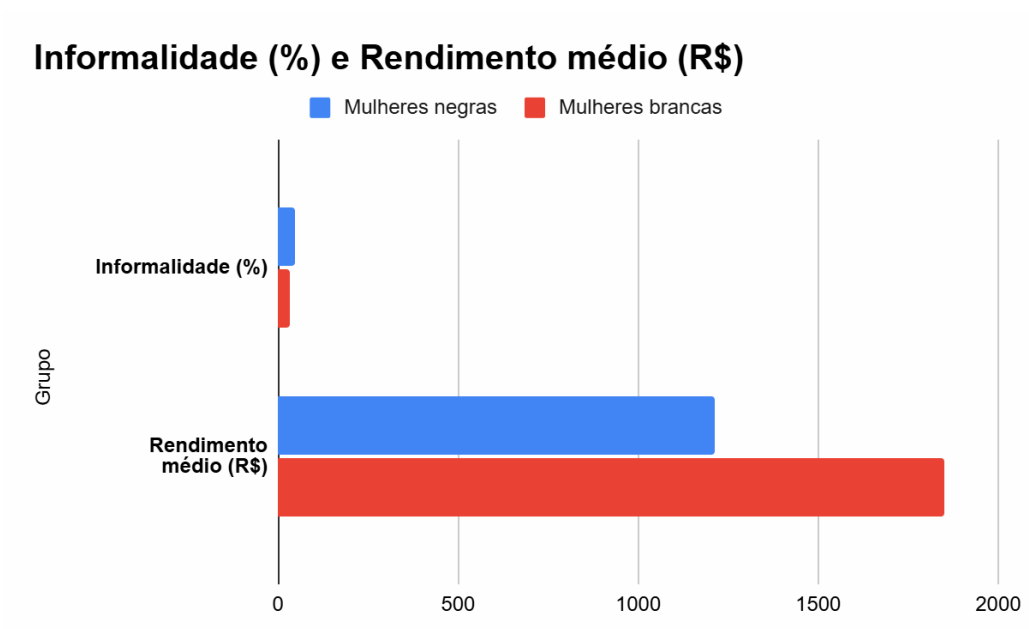
Essa configuração empírica dialoga diretamente com as reflexões de Lélia Gonzalez, para quem a posição social das mulheres negras no Brasil é resultado de uma continuidade histórica das funções subalternizadas atribuídas a esse grupo desde o período escravocrata. A permanência das mulheres negras em ocupações informais e precarizadas evidencia que as transformações no mercado de trabalho não romperam com a lógica racializada e generificada da divisão do trabalho.

Araújo e Lombardi também contribuem para essa interpretação ao demonstrar que a divisão sexual do trabalho no Brasil é atravessada pela raça, produzindo uma hierarquia interna entre as próprias mulheres. Os dados analisados confirmam essa leitura, uma vez que as mulheres brancas, mesmo quando inseridas em ocupações informais, tendem a apresentar melhores rendimentos e maior acesso a ocupações menos precarizadas quando comparadas às mulheres negras.

Além disso, Müller destaca que o racismo estrutural atua como um mecanismo que limita as possibilidades de mobilidade ocupacional das mulheres negras, empurrando-as para formas de trabalho mais instáveis. Assim, os dados empíricos reforçam a compreensão de que a informalidade feminina negra não é uma escolha

individual, mas resultado de constrangimentos estruturais que articulam raça, gênero e classe.

Gráfico 2 - Informalidade e rendimento médio das mulhere por raça no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora

A combinação entre maior informalidade e menor rendimento médio entre mulheres negras evidencia a sobreposição de desigualdades de raça e gênero. Esses dados dialogam diretamente com Lélia Gonzalez, ao revelar a permanência histórica da inserção subalternizada das mulheres negras no mundo do trabalho, bem como com Araújo e Lombardi, que discutem a divisão sexual e racial do trabalho.

4.3 Impactos da pandemia na precarização laboral

A pandemia da Covid-19 intensificou desigualdades já existentes no mercado de trabalho brasileiro, afetando de forma desproporcional os grupos socialmente mais vulneráveis. Os dados da PNAD Contínua indicam que, no período pós-pandemia, houve um aumento significativo da informalidade e da instabilidade ocupacional, especialmente entre as mulheres negras.

Relatórios do DIEESE mostram que, durante e após a pandemia, as mulheres negras foram mais afetadas pela perda de renda, pela interrupção de atividades informais e pelo aumento da desocupação. Mesmo com a recuperação parcial do

emprego nos anos seguintes, a informalidade permaneceu elevada, revelando um processo de recomposição desigual do mercado de trabalho.

Esses achados dialogam com as análises de Silva e Silva e de Bonalume et al., que apontam que a pandemia aprofundou processos de precarização laboral já em curso, reforçando o peso do racismo estrutural e da divisão sexual do trabalho. A maior concentração de mulheres negras em ocupações informais e no trabalho de cuidado contribuiu para que esse grupo enfrentasse maiores dificuldades de adaptação às restrições impostas pela crise sanitária.

Do ponto de vista sociológico, os impactos da pandemia evidenciam que crises econômicas e sanitárias tendem a ampliar desigualdades preexistentes, afetando de forma mais intensa aqueles grupos que já se encontram em posições vulneráveis na estrutura social. No caso das mulheres negras, a pandemia funcionou como um catalisador da precarização laboral.

Tabela 1 - Informalidade entre mulheres negras antes e após a pandemia

Ano	Informalidade mulheres negras (%)
2019	41
2023	45

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados indicam que a pandemia não apenas agravou a precarização do trabalho, como consolidou a informalidade entre mulheres negras em patamares mais elevados no período pós-pandêmico. Esse achado reforça os argumentos de Silva & Silva e de Bonalume et al. sobre o caráter seletivo dos impactos da crise sanitária, que atingiu de forma mais intensa os grupos já vulnerabilizados pelo racismo estrutural.

4.4 A realidade da Região Norte e de Belém/PA

Na Região Norte, os dados indicam taxas de informalidade superiores à média nacional, refletindo desigualdades regionais históricas no desenvolvimento econômico e na estrutura do mercado de trabalho. No estado do Pará e, de forma particular, em Belém, a informalidade assume um papel central na dinâmica urbana, sendo responsável pela absorção de grande parte da força de trabalho.

Os dados regionais da PNAD Contínua revelam que as mulheres negras estão sobremaneira concentradas em atividades informais em Belém, especialmente no comércio popular, nos serviços domésticos e em atividades por conta própria. Essa

realidade confirma as análises de Castro e Acevedo, que destacam como as desigualdades raciais e regionais se combinam na Amazônia, produzindo mercados de trabalho mais frágeis e excludentes.

Pantoja contribui para essa leitura ao demonstrar que, em Belém, o trabalho informal feminino negro constitui uma prática historicamente consolidada, articulada à ocupação do espaço urbano, às redes de sociabilidade e às estratégias de reprodução social. Os dados atuais reforçam essa interpretação, indicando a permanência de padrões históricos de inserção racializada no mercado de trabalho da capital paraense.

Assim, a informalidade em Belém não pode ser compreendida apenas como efeito da ausência de empregos formais, mas como expressão de uma estrutura social que reproduz desigualdades raciais, de gênero e territoriais.

Tabela 2 - Taxa de informalidade por localidade (2023 - 2024)

Localidade	Taxa de informalidade (%)
Brasil	38,6
Região Norte	46
Pará	48
Belém	50

Fonte: elaborado pela autora

A elevação progressiva da informalidade do nível nacional ao municipal evidencia o peso das desigualdades regionais na estruturação do mercado de trabalho. Em Belém, a informalidade assume caráter central na absorção da força de trabalho, confirmando as análises de Castro e Acevedo e de Pantoja sobre a especificidade do trabalho urbano amazônico e sua forte marca racial e de gênero.

4.5 Síntese crítica dos achados

De forma geral, os resultados deste estudo evidenciam que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro apresenta um padrão persistente de desigualdade racial e de gênero, no qual as mulheres negras ocupam a posição mais vulnerável. As altas taxas de informalidade, os baixos rendimentos e a concentração em ocupações precarizadas se repetem ao longo do tempo, independentemente de conjunturas específicas.

Os dados confirmam as interpretações da literatura crítica, especialmente do feminismo negro e das abordagens sobre racismo estrutural, ao demonstrar que a inserção das mulheres negras na informalidade não é acidental, mas resultado de processos históricos e sociais profundamente enraizados. A pandemia da Covid-19,

longe de romper com esse padrão, contribuiu para intensificar a precarização laboral, evidenciando a fragilidade das condições de trabalho desse grupo.

No contexto da Região Norte e de Belém/PA, essas desigualdades assumem contornos ainda mais agudos, reforçando a importância de análises que articulem raça, gênero e território. Assim, os achados deste trabalho confirmam a relevância do referencial teórico adotado e evidenciam a necessidade de políticas públicas que enfrentam de forma estrutural as desigualdades no mercado de trabalho, especialmente aquelas que afetam as mulheres negras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar de que maneira as desigualdades de gênero e raça estruturam a inserção das mulheres negras no trabalho informal na cidade de Belém do Pará, considerando o período anterior e posterior à pandemia da Covid-19. A partir da articulação entre dados estatísticos oficiais e um referencial teórico crítico, foi possível compreender a informalidade não como um fenômeno conjuntural ou residual, mas como uma dimensão estrutural do mercado de trabalho brasileiro, profundamente atravessada por hierarquias raciais, de gênero e territoriais.

Os resultados evidenciam que as mulheres negras ocupam, de forma sistemática, a posição mais vulnerável na estrutura ocupacional, apresentando maiores taxas de informalidade, menores rendimentos médios e forte concentração em atividades precarizadas e desprovidas de proteção social. Essa configuração confirma os argumentos centrais da literatura sobre racismo estrutural e divisão sexual do trabalho, ao demonstrar que a informalidade feminina negra não decorre da ausência de qualificação individual ou de escolhas pessoais, mas de constrangimentos históricos e sociais que limitam o acesso dessas mulheres ao trabalho formal e aos direitos trabalhistas.

A análise dos dados reforça a compreensão de que o racismo estrutural opera como um mecanismo organizador do mercado de trabalho, definindo quais grupos são sistematicamente empurrados para ocupações desvalorizadas e instáveis. No caso das mulheres negras, essa dinâmica se articula à divisão sexual do trabalho, que historicamente as associa às atividades de cuidado, serviços e reprodução social, muitas vezes exercidas em condições informais. Assim, a informalidade emerge como uma alternativa quase compulsória de sobrevivência econômica, especialmente para aquelas

que acumulam responsabilidades familiares e enfrentam restrições de acesso a políticas públicas de cuidado.

A pandemia da Covid-19 revelou e aprofundou essas desigualdades. Conforme demonstrado ao longo do trabalho, os impactos da crise sanitária incidiram de forma seletiva sobre o mercado de trabalho, afetando de maneira mais intensa as mulheres negras inseridas na informalidade. A perda de renda, a interrupção de atividades e a instabilidade ocupacional evidenciaram a fragilidade das redes de proteção social e a insuficiência das políticas públicas voltadas à garantia de direitos trabalhistas para os trabalhadores informais. Ainda que o período pós-pandêmico tenha apresentado sinais de recuperação do emprego, a manutenção de elevados níveis de informalidade indica que a recomposição do mercado de trabalho ocorreu de forma desigual, reproduzindo padrões históricos de exclusão.

No contexto da Região Norte e, particularmente, da cidade de Belém, essas desigualdades se manifestam de maneira ainda mais acentuada. A informalidade constitui um elemento central da economia urbana belenense, historicamente marcada pela presença expressiva de mulheres negras no comércio popular, nos serviços e em atividades por conta própria. Conforme discutido neste trabalho, essa inserção não pode ser compreendida apenas como resultado da baixa oferta de empregos formais, mas como expressão de uma estrutura social que articula desigualdades raciais, de gênero e territoriais, reproduzidas ao longo do processo de formação da cidade amazônica.

Dessa forma, ao privilegiar o recorte racial, de gênero e territorial, este estudo contribui para tensionar análises generalizantes sobre o mercado de trabalho brasileiro, evidenciando a necessidade de abordagens que considerem as especificidades regionais e a centralidade das desigualdades estruturais. Ao dar visibilidade à realidade das mulheres negras no trabalho informal em Belém, o trabalho reafirma a importância de políticas públicas orientadas pela perspectiva da equidade racial e de gênero, que enfrentam não apenas os efeitos, mas as causas estruturais da precarização do trabalho.

Por fim, destaca-se que, embora a pesquisa tenha se baseado em dados secundários e análise documental, seus achados apontam para a relevância de investigações futuras que aprofundem a compreensão das experiências concretas das mulheres negras no trabalho informal, especialmente por meio de abordagens qualitativas e etnográficas. Estudos dessa natureza podem contribuir para evidenciar não apenas as condições de precarização, mas também as estratégias de resistência, organização e reprodução social construídas por essas mulheres no cotidiano urbano

amazônico. Assim, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento de uma produção acadêmica comprometida com a justiça social, a valorização do trabalho feminino negro e a construção de um mercado de trabalho mais justo e inclusivo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, gênero e raça: permanências e mudanças no mercado de trabalho brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 321–350, 2013.

CASTRO, Edna; ACEVEDO, Rosa Elizabeth. Desigualdades raciais e mercado de trabalho na Amazônia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 117–136, 2008.

COSTA, Joaze Bernardino. *A construção da identidade negra no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 307–320.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

MÜLLER, Tânia Mara Campos de Almeida. *Trabalho, gênero e raça nas cidades amazônicas*. Belém: Paka-Tatu, 2022.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.

SALARDI, Paola. **The evolution of gender and racial occupational segregation across formal and non-formal labour markets in Brazil – 1987 to 2006**. *Working Paper*, University of Sussex Business School, 2011.

GHIRALDELLI, Reginaldo; PRAXEDES, Alina Freitas. **Desigualdade de gênero e raça/etnia nas particularidades do trabalho doméstico**. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 8, n. 15, 2023.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. **Trabalho no Brasil (1995 a 2020): desigualdades de gênero e étnico-raciais**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 147, 2024.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa; SANTOS, Jair Nascimento. **The role of race relations in the Brazilian labor market: recruitment and selection processes in focus**. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 1, 2023.

